



EDIÇÃO 1
Janeiro de 2010
BRASIL

FOCUS BRASIL

AUTOR: MARCELO RAIMUNDO DA SILVA

Índice

▪ Página 1

Governo e Diplomacia

▪ Página 4

Partidos Políticos

▪ Página 5

A Imprensa Brasileira

▪ Página 6

Considerações Finais

O Tema de Honduras no Brasil

A crise política de Honduras, recrudescida desde meados de março de 2009, quando José Manuel Zelaya Rosales (Partido Liberal) intencionou realização de consulta popular sobre mudanças constitucionais em favor de reeleição presidencial, tem sido tema comum tanto na imprensa nacional quanto na internacional, principalmente a partir de sua deposição por Roberto Micheletti Bain (Partido Liberal), por meio do Decreto 141-2009, no dia 28 de junho de 2009. Para os defensores dessa ação, como a Suprema Corte e as Forças Armadas, a deposição de Zelaya trata-se de legítima sucessão presidencial, ao contrário da consideração de golpe de estado pelas camadas pró-Zelaya e pela quase unanimidade da comunidade internacional.

Desde o dia 21 de setembro, data da chegada de Zelaya e de seguidores à Embaixada brasileira em Tegucigalpa, o tema teve importância acrescida no Brasil, inserindo-se na pauta da política externa pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), além de ter fundamental relevância no meio da imprensa e, sobretudo, dentre os principais partidos políticos brasileiros, para os quais o tema serve como variável chave para reflexões positivas ou negativas em relação ao governo de Luís Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, o tema é considerado assunto recorrente, seja para justificar ou consolidar o apoio a Lula, refletindo na memória de um bom governo, a ser usado em prol da

presidenciável Dilma Rousseff, atual Ministra da Casa Civil, seja, pelo contrário, para depreciar seu governo e para angariar maior adesão dentre as forças políticas descontentes. Portanto, o tema passa a pertencer ao embate entre situação e oposição, fazendo que se torne mais do que um mero assunto de política internacional no âmbito doméstico.

Governo e Diplomacia

O posicionamento oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil¹ pode ser entendido pelas declarações do chanceler Celso Amorim a respeito da crise hondurenha, em conjunto com as declarações de Ruy Casaes, Embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA), do Embaixador Gonçalo Mourão, Chefe do Departamento para América Central e Caribe no Itamaraty e de Francisco Catunda Resende, Chefe da Embaixada do Brasil em Honduras². De acordo com tais declarações, pode-se perceber a mesma postura defendida pelo governo de Lula³, por meio de entrevistas

¹ As citações de acordos e posicionamentos tiveram por base a pesquisa às "notas à imprensa", por meio da qual se divulgam eventos, resoluções, discursos, declarações e acordos assinados. Conferir: <<http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/index3.asp>> (17 de dezembro de 2009)

² Francisco Catunda Resende reveza-se em turnos de 24 horas, desde o dia 25 de setembro, com o diplomata Lineu Pupo de Paula.

³ Para mais informações, consultar: LAFER, Celso. Partidarização da política externa. O Estado de São Paulo. 21 de dezembro de 2009.



FOCUS BRASIL

EDIÇÃO 1 | JANEIRO DE 2010

www.kas.de/brasil

www.kas.de

tanto em território nacional quanto em cúpulas internacionais, como de representações ministeriais, mais especificamente do Ministério da Defesa, à luz das declarações do ministro Nelson Jobim, e do Ministério da Casa Civil, por declarações da ministra Dilma Rousseff. Não devemos esquecer que Rousseff é considerada, embora ainda não oficialmente, a sucessora de Lula para as próximas eleições presidenciais.

Como crítica a essa identificação partidária de membros da alta-cúpula da diplomacia com o governo Lula, personalidades da oposição relembram, com pesar, o fato da filiação partidária de Celso Amorim ao Partido dos Trabalhadores (PT) no dia 30 de setembro. Para parte da opinião pública e da academia, tal fato seria impróprio no seio de uma instituição teoricamente apartidária, como o Itamaraty. De acordo com artigo do ex-ministro Celso Lafer em O Estado de São Paulo, publicado no dia 21 de dezembro, a crescente partidarização da política externa é ilustrada, também, pelo protagonismo do assessor especial para Relações Internacionais da Presidência da República Marco Aurélio Garcia (cuja experiência no PT é relevante) em matéria de política externa, sem esquecer a filiação do próprio chanceler Amorim. Para Lafer, isso implica, na realidade, o fim do consenso em torno da política externa como política de Estado.

Com efeito, desde o início da crise, o Itamaraty mostrou-se contrário e crítico quanto à destituição de Zelaya. À guisa de exemplo, no dia 3 de setembro, foi aprovada nota de suspensão temporária de isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço, bem

como de passaportes comuns com Honduras. Conforme o documento, a partir do dia 5 de setembro, todo hondurenho necessitará de visto para entrar no Brasil. Para fins de ilustração, o texto é evidente acerca do posicionamento do governo brasileiro; em seus termos, "[a] decisão brasileira baseia-se nas resoluções da OEA e da Organização das Nações Unidas (ONU) no sentido de não reconhecer o governo "de facto" instalado naquele país centro-americano e de promover a imediata restituição do Presidente José Manuel Zelaya às funções para as quais foi eleito pelo povo hondurenho."

Desde o aparecimento de Zelaya junto à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa no dia 21 de setembro, o Itamaraty mostrou-se deveras preocupado em obter apoio à tese da defesa do fim da crise, com a abertura de negociações entre Micheletti e Zelaya, além da consideração das convenções internacionais em favor da democracia, dos meios pacíficos e, principalmente, da integridade e da inviolabilidade da representação diplomática brasileira. Tal é a principal razão pela qual Celso Amorim foi tão enfático em solicitar reunião extraordinária emergencial do Conselho de Segurança da ONU para impor limites à atuação do governo interino.

Contudo, anteriormente a essa reunião, o tema foi trazido à luz já no dia 23 de setembro, quer no âmbito da União Sul-Americana de Nações (UNASUL), quer, mais relevantemente, durante a 64ª Assembleia Geral da ONU, com discurso de abertura da sessão pelo presidente Lula. Nesse discurso, Lula conclama a comunidade internacional para que haja a reassunção imediata de Zelaya como presidente legítimo, sem esquecer-se da necessidade de assegurar a inviolabilidade da representação diplomática

FOCUS BRASIL

EDIÇÃO 1 | JANEIRO DE 2010

www.kas.de/brasilwww.kas.de

brasileira no país. Igualmente, esse posicionamento do governo brasileiro tem sido tema de posições conjuntas em diversas cúpulas, às quais o Brasil participou no segundo semestre, como a II Cúpula América do Sul-África (26 e 27 de setembro - Isla Marguerita, Venezuela) e a Terceira Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia (Estocolmo - 6 de outubro). No caso da Cúpula América do Sul-África, sabe-se que o tema não se encontrava na agenda oficial.

Seja como for, o discurso de Celso Amorim na reunião extraordinária do Conselho de Segurança da ONU, no dia 25 de setembro, faz-se como declaração definitiva quanto à postura do Brasil na crise, respondendo aos questionamentos de outros países e, inclusive, de parte da sociedade brasileira. Como tema de segurança regional, Amorim tem defendido saídas pacíficas para a crise e apoiado a posição da OEA, bem como a de Oscar Arias, presidente da Costa Rica. Em último, há que assinalar declarações de Dilma Rousseff e de Nelson Jobim. Para a primeira, o Brasil não teria a menor ligação com a crise vez que é provocada por fatores internos a Honduras. Para o segundo, descarta-se qualquer hipótese de uso da força, mesmo na hipótese de invasão da Embaixada por governo local.

Cabe ainda recordar as declarações de Lula a jornalistas sobre as repercussões da presença de Zelaya na Embaixada em Tegucigalpa durante a Cúpula do G-20 (Pittsburgh - 24 e 25 de setembro). Nessa mesma ocasião, Lula expressou, em definitivo, seu repúdio ao golpe: "[o] que é anormal não é o Zelaya ter voltado. O anormal é Roberto Micheletti ter ficado (...) [Micheletti] é golpista. Usurpou o poder, tirou um presidente legitimamente eleito pelas vias democráticas, o largou em outro

país (...) Se as eleições forem convocadas pelo golpista, nós iremos manter as mesmas restrições que mantemos ao golpista."

A justificação do abrigo a Zelaya permanece, de fato, como tema recorrente de discursos e de entrevistas do governo e do Itamaraty, muito embora se afirmasse certa esperança do fim do conflito político. A seguinte afirmação de Celso Amorim é ilustrativa sobre tal ponto: "[t]alvez não tenham sido produzidos todos os resultados que se esperava, mas se o Brasil não tivesse dado abrigo [a Zelaya] estaria tudo parado. O Brasil contribuiu para firmar a democracia no nosso continente. A situação nos preocupa, mas Honduras vai encontrar uma solução"⁴.

Mais além, vasta atuação teve a diplomacia brasileira a fim de angariar apoio em favor da restituição imediata e incondicional de Zelaya, o que é percebido pela leitura dos textos de comunicados conjuntos assinados bilateralmente durante o segundo semestre com Chile, Peru, México, Equador, El Salvador, Colômbia e Argentina. De igual forma, a mesma posição foi seguida em outros fóruns, como na IV Reunião do Foro de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) (Brasília - 31 de agosto e 1º de setembro), na XXVIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio (Montego Bay, Jamaica - 5 de novembro)⁵, na XIX Cúpula Ibero-Americana (Estoril,

⁴ "Em Honduras, Brasil procurou 'facilitar o diálogo', diz Amorim". Ver <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091207_amorim_honduras_dm_np.shtm>. (7 de dezembro de 2009)

⁵ Na mesma cidade, foi realizada no dia 6 de novembro a Reunião Ministerial da Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC), onde foi aprovada uma "Declaração Especial sobre a Situação em Honduras", pela qual foi afirmada a necessidade do cumprimento do Acordo Tegucigalpa-San José em sua integridade.

FOCUS BRASIL

EDIÇÃO 1 | JANEIRO DE 2010

www.kas.de/brasilwww.kas.de

Portugal - 1º de dezembro) e na Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Países Associados (Montevideu, Uruguai - 8 de dezembro).

Juntamente com o não-reconhecimento das eleições hondurenhas realizadas no dia 29 de novembro de 2009, a Presidência da República e o Itamaraty condenaram a negativa do governo de Micheletti acerca da concessão de salvo-conduto para Zelaya deixar o país no dia 10 de dezembro. Para ambos, isso seria condição essencial para uma solução da crise em Honduras. Com a proximidade do término legal do governo de Zelaya em 27 de janeiro de 2010, já se cogita a hipótese de concessão de asilo político ao presidente deposto no Brasil, conforme recente declaração de Marco Aurélio Garcia.

Partidos Políticos

A posição dos principais partidos políticos em relação ao tema exposto tem importância fundamental caso se considere os debates entre governo e oposição em tempos de último período do governo de Lula, sem a possibilidade de segunda reeleição. Naturalmente, os partidos mais afeitos ao governo tem apoiado o posicionamento do governo e do Itamaraty, como nos casos do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Contraposto a isso, os principais partidos de oposição reafirmam sua crítica ao governo e à diplomacia, apesar de algumas concordâncias.

O Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), os Democratas (DEM) e o Partido Popular Socialista (PPS), principalmente,

argumentam e exigem maiores explicações sobre: 1) possível interferência em assuntos internos de Honduras pelo Brasil; 2) definição da condição de Zelaya à Embaixada e uso desta como espaço de propaganda política; e 3) retratação do governo em relação às interferências e atuação de Hugo Chávez na crise. Deve-se salientar que tais partidos não aplicam a denominação "governo de facto", nem "golpe de estado". Também, preferem fazer referências ao Brasil como "governo petista" ou "governo do presidente Lula", diferentemente da linguagem oficial.

Interessante notar, de igual forma, que o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), como partido de oposição de esquerda, julga correta a atuação de Lula e do Itamaraty em Honduras. No entanto, criticam a possível interferência de "burgueses e corruptos do governo", os quais podem enfraquecer o ativismo solidário do Brasil nesse país. No caso do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), também como oposição de esquerda, aponta-se o caráter não-popular do governo de Zelaya, a demonstrar uma convergência "reacionária" das elites políticas. Nesse ponto de vista, urge a convocação das camadas populares para pôr fim ao golpe militar e para, em seguida, aprovar a formação de uma "Assembleia Constituinte Livre e Soberana, que refunde Honduras e que rompa os pactos que atam o país ao imperialismo".⁶

Todavia, apesar das divergências de opiniões, é mister reconhecer que, na generalidade, os partidos citados admitem o

⁶ Cf. "Abaixo o golpe reacionário em Honduras". Conferir: http://www.pstu.org.br/internacional_materia.asp?id=10347&ida=0 (03 de dezembro de 2009).

FOCUS BRASIL

EDIÇÃO 1 | JANEIRO DE 2010

www.kas.de/brasilwww.kas.de

dever de respeito à inviolabilidade da embaixada brasileira em Tegucigalpa, a necessidade de uma saída pacífica, em curto prazo, à crise política hondurenha e o reconhecimento de graves violações de direitos e de liberdades fundamentais que ocorrem, de ambos lados, em todo o país.

Além do fracasso em não resolver a crise política hondurenha, deve-se citar temas outros que, para os partidos de oposição - sobretudo para o PSDB⁷ - tornam claro, ao longo do ano de 2009, uma sucessão de equívocos em matéria de política exterior. Citam-se, por exemplo, o caso da não-extradicação de Cesare Battisti, ex-membro do Grupo "Proletários Armados pelo Comunismo", à Itália, o apoio ao egípcio Farouk Hosni para a Diretoria-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), apesar da candidatura de dois brasileiros ao posto, o reconhecimento das eleições iranianas em conjunto com a visita do presidente do Irã Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil, o não-reconhecimento da legitimidade das eleições presidenciais hondurenhas, ocorridas em 29 de novembro, e a aprovação, pelo Poder Legislativo, da entrada da Venezuela no Mercosul.

Imprensa Brasileira

Os argumentos defendidos por meio dos editoriais ilustram as posições dos veículos de comunicação para efeitos de esclarecimento ou de exposição de ponto de vista. Desse modo, citar-se-ão as diferentes

constatações dos jornais brasileiros de maior alcance na região Sudeste (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo), além das observações de duas revistas semanais que elucidaram os dois posicionamentos principais (Carta Capital e Veja).

Resumidamente, O Globo e O Estado de São Paulo assemelham-se em definir a postura do Brasil - sobretudo após o dia 21 de setembro - como desastrosa, sob manifesta influência do projeto bolivariano de Hugo Chávez para a América Latina. Para ambos, boa ênfase é posta nesse último argumento (Cf. Editoriais de 23 de setembro e de 1º de outubro).

Por sua vez, a Folha de São Paulo, advertiu, em suma, que a política externa brasileira foi além do razoável, justamente pela perda de controle de sua Embaixada. Também, admitiu a influência de Chávez e da simpatia com outras "ditaduras" por meio da diplomacia presidencial entre Brasil e Cuba, Irã, Líbia e Zimbábue (esses dois últimos em ocasião da II Cúpula América do Sul-África). Considerou que o governo interino, do mesmo modo, acabou por violar a constituição hondurenha. Por fim, defende que o Itamaraty não se precipite além da mediação (Cf. Editorial de 29 de setembro).

Para a revista Carta Capital (número 566), toda crítica anterior é vista como paralisante e desconstrutiva, de forma que reflete toda a ferocidade da oposição, existente desde o primeiro mandato de Lula. Ilustrativo foi o embate de Carta Capital com a revista "Veja", cuja reportagem de capa do dia 30 de setembro (edição 2132), desta última, havia afirmado a pequenez da diplomacia sob Lula e sua contradição em aliar-se a Hugo Chávez. Segundo a "Veja", o Itamaraty mantém sua

⁷ Ver:

<<https://www2.psdb.org.br/interna/index.php?title=Ag%EAncia+Tucana+-+Eduardo+Azeredo:+2009+foi+marcado+%3C-br/%3Epela+politiza%E7%E3o+do+Itamaraty&pg=4&id=41638>> (02 de dezembro de 2009).



FOCUS BRASIL

EDIÇÃO 1 | JANEIRO DE 2010

www.kas.de/brasil

www.kas.de

coerência em ser pautado por ideologias e por fracassos.

Toda a imprensa, porém, mostra-se consciente da renovada posição do Brasil no mundo e relembra, enfaticamente, o recrudescimento da crise caso houver invasão de nossa Embaixada. Com a vitória de Porfirio Lobo Sosa (Partido Nacional) e a recusa do Congresso nacional hondurenho em reconsiderar Zelaya como presidente do país, a imprensa mantém o tom de crítica, sobretudo, em relação ao fato do não-reconhecimento das eleições presidenciais pelo Brasil. Outro aspecto, salientado na imprensa, é a incoerência da diplomacia atual com a tradição diplomática brasileira.

Para fins de elucidação, no editorial de O Globo de 4 de dezembro de 2009, endossa-se o posicionamento da oposição no referente a um enfoque mais partidarizado da diplomacia brasileira; em suas palavras, “[a] crise em Honduras pôs em destaque o novo protagonismo da política externa brasileira, mas demonstrou, também, a guinada à esquerda que ela vem dando nos últimos meses.” Em complementação, cita-se o posicionamento do mesmo periódico manifestado no dia 12 de dezembro, evidenciando o argumento da identificação da política externa brasileira e da Presidência da República com o governo de Hugo Chávez: “[a] posição brasileira foi ultrapassada pelos fatos e obstrui as aspirações de liderança mundial do país. A não ser que aceite ficar a reboque de Chávez na ideia de ‘bolivarizar’ Honduras.”

Considerações Finais

Em primeiro lugar, a despeito de todas as críticas, desentendimentos e incompreensões, todos os atores são unânimes em afirmar a inviolabilidade e a

integridade da Embaixada Brasileira em Tegucigalpa. Em segundo lugar, a participação de Chávez não é enfatizada pelo governo brasileiro, porém é bastante lembrada pela oposição. Em terceiro lugar, para a Presidência da República e para o Itamaraty, a inclusão do tema nos mais diversos fóruns internacionais confere ao Brasil o reconhecimento de que o tema é legítimo do ponto de vista de grande parte dos países, donde resulta ser natural a ênfase feita nos termos gerais “comunidade internacional” e “direito internacional”, sobretudo após a chegada de Zelaya à Embaixada brasileira. Com efeito, se o Brasil tem pretendido atuar de maneira a mais ativa possível em crises regionais, a presença de Zelaya em sua Embaixada, para o governo e para a diplomacia, tem sido uma oportunidade ímpar para provar a capacidade do Brasil de promover o diálogo em meio a crises.

Resta dizer que o Brasil não admite a condição de “asilado” ou de “refugiado”, contrariamente à oposição e aos descontentes com tal postura; para o governo e para o Itamaraty, em termos oficiais, se Zelaya é o atual presidente constitucional, não seria lógico reconhecer uma situação de asilo. Para a oposição ao governo de Lula (representado, principalmente, por PSDB, DEM e PPS), a defesa da permanência de Zelaya na embaixada brasileira tem prejudicado e comprometido a política externa brasileira, tão arraigada em sua tradição de paz e de não-intervenção em assuntos domésticos ao longo de nossa história diplomática.

Sobre a participação dos partidos políticos em temas de política exterior, avalia-se tal feita como fenômeno usual dentre os regimes considerados democráticos, a ser exemplo da existência de oposição ou de

FOCUS BRASIL

EDIÇÃO 1 | JANEIRO DE 2010

www.kas.de/brasilwww.kas.de

contestação. A participação cada vez maior de partidos políticos em política externa é, assim, fenômeno natural sob um sistema político pluripartidário em contexto democrático. Não é demais recordar que, sob mesmo contexto, ocorre um maior acesso dos partidos políticos aos espaços de decisão do Poder Executivo. Dessa feita, uma maior participação do Executivo em temas de política externa traz consigo reflexões do embate partidário. O tema de Honduras é, portanto, emblemático de um processo já existente.

Dessa feita, cabe assinalar a evidência de um processo decisório mais amplo em política exterior à esteira da estabilização da democracia representativa no Brasil. Sem sombra de dúvida, outros atores têm influenciado o posicionamento oficial do Brasil, a ilustrar maior representatividade e participação no processo decisório em política externa. Infere-se, daí, que seria muito simples analisar a política externa brasileira apenas do ponto de vista da diplomacia e da Presidência da República, sendo fundamental, pois, reconhecer a importância de atores diversos, sem o desmerecimento de sua margem de ação.

A crise política hondurenha continuará como tema-chave na agenda política brasileira, enquanto não se decretar o término do governo constitucional de Manuel Zelaya e o fim da crise política no país. Em princípio, segundo declarações do governo e da diplomacia brasileira, Zelaya permanece até 27 de janeiro de 2010 na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa; não obstante, Honduras ficará presente no embate partidário e, com certeza, será um dos temas quentes nos debates entre os candidatos à Presidência da República em matéria de Política Internacional. Especialmente em temas nos quais inexiste

consenso, assuntos polêmicos reacendem o debate entre governo e oposição e angariam público em tempos de campanha presidencial.

REFERÊNCIASSites

Ministério das Relações Exteriores do Brasil: <www.mre.gov.br>.

Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB): <www.psdb.org.br>

Democratas (DEM): <www.democratas.org.br>

Partido Popular Socialista (PPS): <www.pps.org.br>

Partido dos Trabalhadores (PT): <www.pt.org.br>

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL): <www.psol.org.br>

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU): <www.pstu.org.br>

Jornais impressos

Folha de São Paulo
O Estado de São Paulo
O Globo

Revistas Impressas

Carta Capital
Veja

Artigos

LAFER, Celso. Partidarização da política externa. *O Estado de São Paulo*. 21 de dezembro de 2009.

LIMA, Maria Regina Soares de. A politização da política externa e os interesses nacionais. *Correio Braziliense*. 11 de junho de 2009. Site de acesso: <<http://observatorio.iuperj.br>> Acesso em 16 de novembro de 2009.

PINHEIRO, Letícia de Abreu. Autoría y participación en la política exterior brasileña. *Foreign Affairs Latinoamérica*, v. 9, n.2, 2009.

PUTMAN, Robert. D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. *International Organization*, 42, 3, Summer, 1988. pp. 427-460.

SOUZA, Amaury de. *Brazil's international agenda revisited: perceptions of the Brazilian Foreign Policy Community*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)/Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), 2008.